

SÉRIE ANTROPOLOGIA

385

**O PODER DO CAMPO E O SEU
CAMPO DE PODER**

Kelly Cristiane da Silva

**Brasília
2005**

O poder do campo e o seu campo de poder

Kelly Cristiane da Silva*

Como um dos rituais de passagem mais esperados no processo de formação dos antropólogos, os trabalhos de campo de longa duração podem ser experimentados como verdadeiros *factos sociais totais* (Mauss, 1974) do ponto de vista de suas exigências e impactos sobre a subjetividade do(a) pesquisador(a).¹ Diante do desafio de interpretar os sentidos da alteridade, colocamo-nos por inteiro diante dos nossos nativos, expondo, voluntária ou involuntariamente, as múltiplas posições de sujeito que constituem o nosso *self* e os diversos espaços de nossa sociabilidade nos quais tais posições são construídas e alimentadas.² Ademais, na busca por mais e mais dados, trocamos dádivas e contradádivas com nossos interlocutores. Ao mesmo tempo, em função dos “rigores” do método – a busca do ponto de vista nativo – as experiências de *observação participante* (Malinowski, 1978) que, por vezes, se convertem em *participação observante*, demandam um nível tamanho de entrega por parte do pesquisador que, como conseqüência, torna-se quase impossível não colocar em perspectiva nossa história pessoal e observar a arbitrariedade do nosso destino, vislumbrando a possibilidade de vivermos outras vidas. Expomo-nos, assim, a um deslocamento existencial, que coloca sob suspensão as várias dimensões de construção, vivência e cultivo da nossa idéia de “eu”. Assim, o *poder do campo* se manifesta, no mínimo, em duas dimensões: a) ele é o evento que marca a nossa profissionalização como antropólogos, permitindo, entre outras coisas, a elaboração de nossas teses de doutorado e, ao mesmo tempo; b) cria condições para uma “revisão existencial”, muitas vezes intensificada no momento de retorno do antropólogo para casa.

No entanto, se é verdade que em campo experimentamos a possibilidade de termos outras vidas – Golde (1986:13), citando Mead e Landes, sugere que em campo vivemos mais de uma vida – seria ilusório supor que ela poderia ser construída sob uma

* Doutora em Antropologia Social pela UnB. Professora do Departamento de Antropologia da UnB. E-mail: kellysa@uol.com.br.

¹ Este texto foi originalmente formulado para apresentação no GT Antropologia, Trabalho de Campo e Subjetividade, na V Reunião de Antropologia do Mercosul. Gostaria de agradecer a Daniel S. Simião, Mariza Peirano, Soraya Fleischer, Miriam Grossi e Alinne Bonetti pelas leituras atentas às primeiras versões deste texto e aos colegas que participaram do grupo de trabalho supracitado, cujas questões auxiliaram-me a melhor abordar certos temas.

² Tomo a idéia de posição de sujeito tal como apresentada por Moore (1994): “a premissa básica do pensamento pós-estruturalista sobre o sujeito é que discursos e práticas discursivas provêm de posições de sujeitos e que indivíduos tomam uma variedade de posições de sujeito dentro de diferentes discursos. (...) Algumas destas posições de sujeito serão contraditórias e conflitantes umas com as outras” Porque um indivíduo se diferencia internamente, assumindo diferentes posições de sujeito, Moore problematiza a utilização do conceito de identidade, procurando, nesse sentido, apontar as limitações da associação um indivíduo/uma identidade, sugerindo que dentro de uma mesma subjetividade habitam várias posições de sujeito.

tábua rasa. Os processos que condicionam a coleta e a construção dos dados na pesquisa antropológica apontam para isso. As oportunidades e os espaços que se abrem ao antropólogo durante o processo de pesquisa são mediados pela interação de todos os marcadores de sua identidade, tal como são lidos pelos nativos, com os eventos e atores com os quais se depara, além de serem constrangidos por uma série de contingências ambientais e históricas. Daí me parecer difícil, senão impossível, ilusório, ou mesmo, antimetodológico, antecipar ou calcular minuciosamente a realização de qualquer pesquisa em antropologia – é preciso deixar-se capturar ou “perder-se” pela experiência de campo – e, ou, afirmar, de antemão, que necessariamente algum traço da identidade do antropólogo (sua posição de gênero, raça ou classe etc.) seria vantajoso ou desvantajoso diante da natureza de um determinado objeto. Tal resposta só pode ser construída etnograficamente.

Se é verdade que tais afirmações não se constituem absolutamente em uma novidade (cf. Evans-Pritchard, 1978), não posso deixar de reconhecer que elas nunca me calaram tão fundo quando depois do retorno do trabalho de campo. Gozando já de um certo distanciamento com relação às experiências vividas em Timor-Leste e olhando de frente para os dados que pude recolher, ficou claro para mim o quanto algumas de minhas posições de sujeito em campo condicionaram o desenvolvimento de minha pesquisa.³ Meu objetivo neste texto será explorar de que maneira certos traços da minha identidade – mulher, casada, não-branca, brasileira, falante de português etc. – participaram do desenvolvimento de minha pesquisa e interagiram com o *campo de poder* de meu objeto de investigação.

O texto está organizado em 3 seções. Na primeira delas apresento, sucintamente, a natureza de meu objeto de pesquisa, situando alguns dos fatores e atores então envolvidos no processo de construção do Estado nacional em Timor-Leste entre 2002 e 2003, com destaque para as disputas de poder existentes entre eles. Em um segundo momento, abordo de que forma algumas das minhas posições de sujeito e as teias de relações sociais nas quais eu estava envolvida condicionaram meu acesso a certos dados e posições de observação, explicitando como meus marcadores identitários relacionaram-se com o campo de poder dos problemas que vieram a se tornar a matéria-prima de meus estudos. Por fim, no último tópico, exponho alguns dos meus sentimentos quando do retorno ao Brasil. Sugiro que nestas circunstâncias me sentia como uma *retornada*, nos termos em que Schutz (1945) descreve o *homecoming*. A disciplina que o trabalho antropológico nos impõe pode tornar o retorno para casa tão difícil como dela sair.

1. A construção do Estado nacional em Timor-Leste

O objetivo de minha pesquisa de doutorado foi analisar o processo de construção do Estado nacional em Timor-Leste. A independência de *Timor Lorosa'e* (Timor-Leste, em tétum) foi restaurada em maio de 2002, depois de 24 anos de ocupação indonésia e 3 anos de administração transitória das Nações Unidas. Em novembro de 1975, o então

³ A experiência de campo aqui discutida transcorreu entre novembro de 2002 e outubro de 2003. Antes de chegar a Timor-Leste passei 7 meses em Lisboa recolhendo bibliografia e documentação a respeito da colonização portuguesa neste território e familiarizando-me com o lugar que o país ocupa na consciência pós-colonial da sociedade e do Estado português. Ao todo, somei 18 meses de trabalho de campo, pelo que sou grata à CAPES e ao CNPq, cujas bolsas de estudo, em diferentes momentos, tornaram possível o desenvolvimento da pesquisa.

Timor português havia proclamado unilateralmente sua independência, depois de nominais aproximados 430 anos de colonização lusitana. A pergunta que originalmente provocava minha curiosidade era a seguinte: quais as configurações que um Estado nacional adquire, em seu momento de formação, quando seu processo de estruturação é dependente da presença das Nações Unidas?

Não saí do Brasil diretamente para Timor-Leste. Minha chegada às fronteiras do Sudeste Asiático com a Oceania foi mediada por uma temporada de 7 meses em Portugal, onde comecei a familiarizar-me com traços do III Império Português e da ocupação lusitana do território⁴. Já na primeira semana em solo português, deparei-me com um dos problemas que, posteriormente, veio a se tornar um dos principais focos de minha análise: as disputas por modelos de Estado e, por conseqüência, por projetos civilizatórios a serem empregados em Timor-Leste pelos agentes da cooperação técnica internacional. Aliás, se há algo que caracterize, por excelência, os fatos que testemunhei em campo e que, posteriormente, foram discutidos na tese, é a ausência de consenso e, portanto, o caráter estruturante dos conflitos entre os atores que os conformam. Tal característica não se apresenta propriamente como uma surpresa, já que estamos diante de um evento – a construção de um Estado-nação – eminentemente político, sujeito a disputas de toda ordem.

A explicitação dos principais focos de tensão existentes na administração pública local permite tornar inteligível a maneira como fui assimilada por certos grupos das elites locais e internacionais – meus interlocutores privilegiados durante a pesquisa – bem como o processo de conquista de lugares estratégicos de observação durante a investigação. Tais fatos estiveram relacionados à maneira como meus nativos associaram alguns de meus atributos identitários aos projetos políticos por eles alimentados. Antes, porém, é preciso dizer que cenários e atores foram observados por mim.

Como em toda pesquisa orientada por um olhar micro-etnográfico, a análise de qualquer tema exige a definição de uma posição precisa de observação, sobretudo quando estamos diante de um problema tão vasto e complexo como a construção de um Estado nacional. Minha pesquisa abordou esta questão da perspectiva das tensões existentes no processo de formação dos recursos humanos do aparelho da administração pública timorense, fenômeno que põe em relação os *parceiros do desenvolvimento*⁵ e as

⁴ A expressão III Império Português faz referência à última fase da expansão do empreendimento colonial lusitano, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX em África e nas pequenas possessões asiáticas. Para uma revisão das diferentes fases do Império Ultramarino Português ao longo do tempo, ver, Alexandre, 2000.

⁵ São denominados parceiros do desenvolvimento os Estados-nações e seus respectivos órgãos de cooperação internacional, agências do Sistema ONU, missões de instalação e manutenção de paz da ONU, organizações não-governamentais internacionais, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Asiático de Desenvolvimento, órgãos de cooperação bilateral entre países (USAID, AUSAID, ABC), instituições religiosas etc. que, a fundo perdido, repassam recursos ao Estado da RDTL. Os recursos que têm como origem os parceiros do desenvolvimento são depositados em nome de Timor-Leste na qualidade de doações, pelo que esses atores são também denominados doadores. O sistema de doação pode ser tomado como um fato social total (Mauss, 1974) quando tratamos de analisar o processo de construção do Estado em Timor-Leste. Ele está implicado em todas as faces e fases desse empreendimento, condicionando fenômenos tão diversos como a consolidação de uma língua nacional e oficial aos sistemas de orçamento adotados pelo Estado. Até 2003, cerca de três quartos das despesas da administração pública eram pagas com recursos repassados ao Estado da RDTL (República Democrática de Timor-Leste) pelos doadores.

elites políticas e técnicas que compõem o funcionalismo. Este foi um recorte heurístico definido em campo. Nasceu do afluxo entre minhas inspirações teórico-metodológicas com a rica e instigante rotina de Díli e com as posições de observação que fui conquistando ao longo da investigação.

A construção e a gestão do Estado timorense têm colocado em interação grupos sociais bastante diversificados: 1) assessores internacionais contratados pela ONU ou por órgãos de cooperação bilateral (*advisors*) com origem em diferentes tradições nacionais; 2) retornados timorenses antes acolhidos em distintos espaços de exílio e; 3) timorenses que permaneceram no país durante a ocupação, com diferentes históricos de inserção no Estado colonial português e no governo da então 27^a província da República Indonésia (*Timor Timur*).

Cada um desses grupos detém projetos particulares para a construção do Estado, muitos deles conflitantes entre si, o que faz de suas relações uma série de embates e coalizações, cuja figuração parece estar relacionada sobretudo com os diferentes históricos de formação e incorporação nacional e civilizacional de seus membros. A dinâmica entre os diferentes grupos políticos timorenses e a maneira como atribuem sentido à sua experiência parecem estar fortemente ligadas a três fatores fundamentais: a) às posições assumidas nas diferentes frentes da resistência à ocupação indonésia; b) à maneira como foram ou não incorporados ao Estado colonial português e ao Estado indonésio e, no caso dos retornados; c) ao país de acolhida no período do exílio.⁶

Assim, é possível que encontremos maior simpatia aos projetos desenvolvidos pela cooperação técnica portuguesa e brasileira no país – bem como às atividades realizadas por técnicos desses países incorporados às estruturas da cooperação multilateral – pelos timorenses que tiveram algum nível de incorporação ao Estado colonial português existente até 1975, entre os ex-FALINTIL, bem como entre os retornados de países como Moçambique, Angola e Portugal. De outro lado, a atuação da cooperação técnica de matriz anglo-saxã (americana, inglesa, australiana, neozelandesa etc.) parece ser mais apreciada entre os retornados da Austrália ou por aqueles que não tiveram qualquer possibilidade de incorporação ao Estado português, bem como pelos que foram educados pelo Estado indonésio.

Para citar um exemplo bastante significativo, a maneira como esses diferentes grupos se posicionam diante da política linguística oficial do Estado é expressiva das disjunções existentes entre eles⁷: os timorenses educados no *tempo português*, bem como os retornados de países lusófonos, são os mais simpáticos à decisão constitucional

⁶ A ocupação indonésia foi intermitentemente contestada durante os seus 24 anos de existência pelas diferentes frentes de ação que formavam a resistência timorense. Nos derradeiros anos da ocupação, a resistência timorense estava organizada em três *fronts*, sob direção do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT): a frente armada, representada pelas FALINTIL; a frente clandestina, preenchida por integrantes da sociedade civil timorense no território e; a frente diplomática, formada por componentes das diásporas timorenses na Austrália, Portugal, Moçambique, Angola, entre outros. Cada uma dessas frentes tinha relações orgânicas entre si. As FALINTIL, por exemplo, sobreviveram durante 24 anos com armas e outros tipos de bens retirados do próprio exército indonésio ou enviados pela frente clandestina. A língua de comunicação utilizada pelas elites do movimento era a portuguesa. Para uma descrição das diferentes fases pelas quais passaram os movimentos de resistência timorenses de 1975 a 1999, ver, Magalhães, 1999.

⁷ Vale notar, contudo, que somente aproximadamente 5% da população timorense é fluente em português. A língua franca de Timor-Leste é o *tétum*, embora seja pouco utilizada como língua escrita. A população letrada do país escreve em língua indonésia e utiliza o *tétum* como língua para comunicação oral. Os usos do inglês, como do indonésio, são tolerados dado que a Constituição timorense os define enquanto línguas de trabalho.

que faz da língua portuguesa um dos dois idiomas oficiais e nacionais do país, junto com o tétum.⁸ Já os timorenses educados no *tempo da indonésia*, bem como os retornados da Austrália, sugerem que só o tétum seja a língua nacional e que eventualmente o inglês seja a língua oficial do Estado. Diante deste cenário, ser brasileira e, portanto, ter o português como língua materna, explica parte da simpatia com que fui acolhida entre os timorenses retornados de Moçambique – que ocupam as mais importantes posições políticas do Executivo nacional e que defendem com maior afinco o projeto de fazer da língua portuguesa de fato o idioma nacional e oficial do país – a ponto de eu ter tido o privilégio de realizar minha pesquisa de dentro do Gabinete do Primeiro-Ministro. Estou certa de que se eu fosse australiana as coisas jamais se dariam da mesma forma.

É digno de nota, ainda, o fato de que existia em Timor-Leste, no período da pesquisa, um mal estar acentuado entre muitos *cooperantes* de origem anglo-saxã, de um lado, e portuguesa, de outro. Certos portugueses sugeriam que a ONU não reconhecia os conhecimentos que Portugal adquiriu a respeito do território e de seu povo nos anos de colonização, acusando-a de discriminar os portugueses e os latinos em função do forte *lobby* anglo-saxão existente na instituição. Por outro lado, muitos funcionários das Nações Unidas, não-portugueses, acusavam os portugueses de terem pretensões neocoloniais diante do território. Há, ainda, entre Portugal e Austrália uma disputa pela hegemonia cultural no território. Muitos dos australianos envolvidos em políticas de Estado defendem a idéia de que o inglês deveria ser a língua oficial de Timor-Leste, o que causa nos portugueses profundo rancor, dada a importância que a expansão e valorização da língua portuguesa têm neste momento para Portugal.

Desde 1999, a ONU instituiu em Timor 4 missões – UNAMET (United Nations Mission in East Timor), INTERFET (International Force in East Timor), UNTAET (United Nations Transition Administration in East Timor) e UNMISSET (United Nations Mission of Support in East Timor). Tais missões trouxeram a Timor milhares de “especialistas”, *advisors* internacionais, funcionários de carreira da ONU, além de capacetes azuis, o que fez do território um espaço dividido entre dois mundos: o mundo dos “internacionais” ou *malaes* – como os timorenses denominam os estrangeiros – e o mundo dos timorenses.⁹ Ademais, vale a pena notar que o pessoal militar e policial a serviço da ONU é hegemonicamente masculino e está freqüentemente em busca de relações afetivo-sexuais esporádicas. Nesse sentido, qualquer mulher disposta a conversar é sempre bem-vinda, vista, em muitos casos, como potencial parceira sexual no futuro, fato que sempre facilitou meus diálogos iniciais com esses nativos.

Diante desse contexto, eu, como antropóloga, era simplesmente mais uma *internacional*. Longe de ser a única estrangeira no contexto em que fazia a investigação – como normalmente acontece nas pesquisas de campo em antropologia – eu era só

⁸ Diante dos 24 anos de ocupação militar – na qual aproximadamente um terço da população timorense foi exterminada – a herança cultural deixada pelos anos de colonização portuguesa foi estrategicamente tomada pelas elites dos movimentos de resistência à invasão como sinal diacrítico da população do território com relação aos demais povos que habitavam outras ilhas do arquipélago indonésio. A língua portuguesa era o idioma utilizado pela resistência armada e por parte da frente clandestina nas comunicações que faziam entre si. Ademais, grande parte da frente diplomática hoje no poder – em sua maioria retornada de Moçambique – formou-se intelectualmente nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

⁹ Não quero cristalizar esses dois mundos aqui. Há zonas restritas de comunicação entre eles, com as elites locais atuando como *brockers*.

mais uma *malae*, sujeita a todos os preconceitos e conceitos que diferentes segmentos da sociedade timorense construíram em relação aos estrangeiros. Era, contudo, uma *malae Brasil*, uma *malae ki'ak* (estrangeira pobre) e uma *malae* que falava tétum, o que me diferenciava um pouco dos *internacionais* lá presentes.

Por fim, vale notar que, diferentemente do que tradicionalmente tem marcado o trabalho de campo em antropologia, meus nativos faziam parte de grupos sociais que gozavam de bastante poder. Atenta aos processos através dos quais o Estado nacional estava a ser construído em Timor, meus nativos eram os *staffs* das Nações Unidas que atuavam como conselheiros dentro do Estado timorense e os quadros técnicos e políticos do primeiro e segundo escalão da máquina pública timorense. Pensando em si mesmos como a tábua de salvação do Estado e da população timorense, muitos deles olhavam para mim com certo desprezo, numa atitude de quase resistência à possibilidade de serem adequadamente observados por uma antropóloga jovem e do Brasil.

2. Do café ACAIT ao gabinete do Primeiro-Ministro: projeções identitárias e jogos de poder

Meus primeiros dias de trabalho em Timor-Leste tiveram como cenário o café ACAIT (Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor), onde durante quase um mês eu passava as manhãs lendo jornal, tomando água tônica e conhecendo pessoas.¹⁰ Já em Lisboa comecei a trocar alguns *e-mails* com portugueses que estavam naquele país, os quais, quando da minha chegada, logo me receberam, apresentando-me a vários amigos. Foi a partir das mesas do ACAIT, onde conheci amigos vindos de países da CPLP, que cheguei ao Primeiro-Ministro. Em um desses primeiros 30 dias conheci José, que logo demonstrou interesse em minha pesquisa ou em mim. Como outros homens em campo, ele se aproximou de mim com segundas intenções. A mim coube capitalizar seus interesses e contatos na direção dos objetivos da minha pesquisa. Encontrávamo-nos com frequência naquele café, conversando por algumas horas a respeito das várias experiências que ele vinha tendo como consultor em algumas instituições do Estado timorense e das expectativas que eu tinha com relação a minha pesquisa. Nesse primeiro mês de contato, ele não sabia que Daniel, meu companheiro, estava em campo comigo, e eu omiti esse fato durante algum tempo, com o consentimento do próprio Daniel.

12 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. O 12 de dezembro de 2002 marcou a adesão de Timor-Leste às Nações Unidas e a uma série de convenções de proteção aos direitos humanos. Nesta data, houve em frente ao palácio do governo uma grande festa. No final do evento, encontrei mais uma vez José que, muito gentilmente, levou-me a uma autoridade do Estado timorense. Informada por José a respeito do que eu vinha fazer em Timor e percebendo que eu era brasileira, o Ministro colocou-se à disposição para o caso de alguma necessidade.

Depois deste primeiro encontro com um dos ministros do governo timorense, procurei-o em seu gabinete mais duas vezes. Fui recebida com toda a gentileza e

¹⁰ Comecei minha pesquisa pelo café do ACAIT casualmente, pelo simples fato de uma amiga ter me convidado para um dia tomar o *pequeno almoço* com ela lá. Foi então que percebi que aquele era um local estratégico. Localizado ao lado do Palácio do Governo – então ocupado parcialmente pela administração da UNMISSET – e embaixo da Missão e Embaixada Portuguesa, todas as manhãs passavam pelo café pessoas organicamente ligadas à administração do Estado e às Nações Unidas. A partir do compartilhamento do café com alguns deles comecei a construir minha primeira rede de informantes.

escutada com atenção quando me propus a explicar o que me trazia a Timor-Leste, demonstrando desde então uma postura crítica em relação ao que via a ONU fazer dentro do aparelho do Estado. Em fevereiro de 2003, em um terceiro encontro, afirmei que estava em busca de algum trabalho voluntário, dentro da estrutura do Estado, que tornasse possível a observação da atuação dos assessores da ONU e dos processos envolvidos na idéia de *capacity building*. Perguntei então ao Ministro se ele tinha alguma sugestão a respeito de como eu poderia conseguir isso. Ele sugeriu que eu escrevesse uma carta ao Primeiro-Ministro, relatando meus objetivos e pretensões, afirmando que ele intercederia por mim.

Em abril de 2003 fui convocada pelo Primeiro-Ministro, S.Exa. Mari Bin Alkatiri, para uma audiência. Depois de ler a carta que eu havia enviado a ele, junto com meu currículo e a documentação da CAPES que atestava o recebimento de uma bolsa para a pesquisa, ele disse que eu poderia trabalhar lá mesmo, em seu gabinete, na Unidade de Coordenação de Desenvolvimento de Capacidades, onde estava também uma australiana e outros funcionários timorenses.

Estou certa de que se eu não fosse brasileira, mulher e não falasse tétum, minha rede de contatos dentro da estrutura do Estado timorense não fluiria com essa relativa facilidade. Logo na primeira audiência com o Ministro timorense, quando manifestei uma certa crítica com relação à presença da ONU em Timor, recebi como resposta acusações de que esta organização tinha predileção pelo mundo anglófono, não respondendo, algumas vezes, aos interesses da elite timorense no poder que, por exemplo, desejava preferencialmente falantes de português como assessores internacionais nas várias instituições do Estado. Aqueles que à época ocupavam as posições de Primeiro-Ministro, Ministro do Interior, Secretário de Estado do Conselho de Ministros, Secretário de Estado da Defesa, Ministra de Estado da Administração Estatal, Ministra do Plano e Finanças, entre outros, eram todos retornados da diáspora timorense em Moçambique, Angola e Portugal. Eram, também, os membros do governo que defendiam com maior afinco o projeto de transformar Timor-Leste em mais um *espaço da lusofonia* e aqueles que, no colegiado de ministros, detinham maior poder de persuasão no processo de tomada de decisão das políticas a serem adotadas, bem como na negociação com os *parceiros do desenvolvimento*. Não por acaso, foram esses os membros do governo que me receberam com maior abertura quando com eles fiz entrevistas ou solicitei algum tipo de informação. Abordando-me primeiramente como brasileira e portanto, falante de português como língua materna, viam em mim uma “natural” aliada de seu projeto lingüístico e identitário para o país.

Além disso, vale notar que a cortesia com que me receberam tinha também como contrapartida algum tipo de contradádiva que, durante a pesquisa, tive que honrar. Trabalhando como voluntária no gabinete do Primeiro-Ministro na Unidade de Coordenação de Desenvolvimento de Capacidades, tive como função dar aulas de português aos funcionários locais, traduzir correspondências oficiais para a língua portuguesa, e, em alguns momentos, agilizar o contato informal entre autoridades timorenses e brasileiras.

2.1 Falando do Gabinete do Primeiro Ministro

“... um dia consultei uma vidente e ela disse que minha futura carreira profissional seria no Oriente. (...) Disse que em breve eu estaria à mesa com reis e rainhas, com os governadores do mundo. Naquele momento nada fazia sentido, mas agora que estou em Timor-Leste compreendo tudo (...)”

Adelaide, assessora da ONU no Estado timorense

O relato acima é bastante expressivo da maneira como grande parte dos funcionários internacionais das Nações Unidas atuando em Timor-Leste atribui sentido ao papel desta instituição no mundo. Abordando-a como *governadora do mundo*, muitos deles pensam ser reis e rainhas diante dos timorenses.

A comunidade internacional em Timor-Leste é bastante segmentada. Está organizada com base em critérios de nacionalidade, vínculos institucionais e ocupação. Reproduzindo de muitas maneiras representações e condutas orientadas por um registro colonial com relação aos timorenses, grande parte dos funcionários estrangeiros do sistema das Nações Unidas, de organizações não-governamentais internacionais, cooperantes bilaterais e do mundo diplomático vivem em Timor-Leste absolutamente separados do mundo local que os circunda. Para eles existe um mercado específico de consumo que torna possível comprar em Timor-Leste frangos Perdigão do Brasil, leite australiano, vinhos do Alentejo português e inúmeros produtos do Sudeste Asiático, entre outros. Em um estilo similar ao das colônias de migrantes espalhadas pelo mundo, as diferentes comunidades de expatriados residentes em Timor-Leste tendem a reproduzir neste país os hábitos de consumo e trabalho trazidos de seus países de origem. Entre elas há, inclusive, uma disputa pela afirmação de qual é o estilo de vida mais saudável, mais cheio de sentido e o qual, sugerem, deveria ser tomado pelos timorenses como exemplo. De um ponto de vista sociológico, há entre esses diferentes grupos nacionais disputas com relação ao processo civilizatório que deve ser empregado em Timor-Leste.

Entrar nesses mundos, especificamente no escalão dos assessores internacionais mantidos pelo Sistema das Nações Unidas dentro do Estado timorense – aqueles que, ao lado dos técnicos do Banco Mundial, gozavam de maior prestígio entre os estrangeiros que trabalhavam em Timor – exigiu de mim a conquista de um local específico de fala, um local que colasse também à minha imagem alguma idéia de prestígio. Enquanto fui somente uma estudante, raros eram os convites para festas ou para algum outro evento social. Eu não existia socialmente. O estabelecimento de um diálogo interessado também era difícil, pois alguns ora me olhavam com certo desprezo, ora viam-me como alguém que estaria avaliando os resultados dos trabalhos por eles desenvolvidos.

A entrada no Gabinete do Primeiro-Ministro, na Unidade de Coordenação de Desenvolvimento de Capacidades (UCDC),¹¹ foi um *turning point* nesse sentido. Abordando os funcionários das Nações Unidas que trabalhavam dentro do Estado timorense como uma técnica com vínculos próximos à maior autoridade do governo, passei a não só ser muito bem recebida pelos mesmos, pois tinha, se quisesse, a autoridade para questionar suas práticas de trabalho, como a ser convidada para festas, jantares, exposições, entre outros eventos sociais. A partir de um determinado momento passei inclusive a participar dos painéis de seleção de novos assessores estrangeiros para o Estado. A entrada no Gabinete na qualidade de estrangeira, embora eu fizesse trabalho voluntário, fez com que muitos dos assessores da ONU me vissem como uma igual, como mais uma *internacional* que, como eles, estava promovendo o *capacity building*

¹¹ A UCDC está institucionalmente ligada ao gabinete do Primeiro-Ministro e tem como função monitorar e estruturar políticas em prol da capacitação dos funcionários públicos locais, em parceria com os denominados doadores.

das contrapartes timorenses. Eu deixei de assumir o papel de uma antropóloga – que em determinadas situações poderia parecer uma ameaça – para me tornar uma companheira de trabalho, com quem foram compartilhadas aflições cotidianas. Foi sobretudo como uma amiga ou colega de trabalho, disposta a ouvir e compreender as fontes de ansiedade, prazer, medo e ressentimento dos meus nativos e amigos que tive o acesso mais denso e profundo ao ponto de vista deles, fato que cotidianamente me constrange e impõe limites no momento de trazer à público e/ou analisar certos dados.

Na qualidade de *staff* do Gabinete tive a oportunidade de observar eventos fundamentais para se entender a construção do Estado em Timor-Leste, como a Reunião de Timor-Leste com os Parceiros do Desenvolvimento, as discussões em torno do *downsizing* da missão da ONU no país e do redesenho da missão para maio de 2004, bem como as negociações políticas em torno da contratação de conselheiros internacionais.

Tive também que arcar com certo ônus financeiro advindo desta posição: vista como uma *internacional* que trabalhava dentro do Estado, tinha que me comportar enquanto tal. Isso implicava em freqüentar determinados restaurantes, oferecer festas e jantares, vestir-me de forma discreta e, na medida do possível, elegante (cf. Hancock, 1989), entre outras coisas – hábitos que minha bolsa de estudos nem sempre era capaz de cobrir. Como diz o ditado popular, *noblesse oblige*.

Foi também deste lugar de fala que, em alguns momentos, tive a oportunidade de colocar em questão a eficácia de algumas das atividades desenvolvidas pelas Nações Unidas no país. A cada questionamento apresentado, ganhávamos, eu e outros colegas da UCDC, pontos negativos junto ao pessoal administrativo da missão da ONU, de tal forma que, em determinados momentos, fomos excluídos de alguns fóruns de discussão e negociação. Diante do risco de ser simplesmente expelida de meu espaço de observação por alguns dos meus nativos, muitas vezes calei-me e evitei a exposição de qualquer tensão. Assim, parece-me pertinente refletirmos a respeito dos limites a que estamos sujeitos, enquanto pesquisadores, quando fazemos uma antropologia daqueles que detêm poder e estamos, nós, antropólogos, numa condição de relativa subalternidade diante deles.¹²

2.2 Brasileiros, Portugueses, Latinos e Anglo-Saxões

Como sugeri acima, minha condição de brasileira catalizou um acolhimento relativamente caloroso por parte da elite timorense no poder. Para além disso, este mesmo traço identitário fez com que a comunidade lusófona em Timor-Leste considerasse como dado o fato de que eu seria uma aliada *na causa* da promoção da lusofonia no país. Foi, pois, entre os assessores internacionais portugueses que fui

¹² As condições em que realizei uma entrevista com o coordenador do Grupo de Suporte Civil da UNMISSET em Timor são expressivas da atmosfera que por vezes circundou parte de meu trabalho de campo. Fiz esta entrevista dez meses depois de ter chegado ao campo e só a consegui porque disse ao coordenador deste grupo que gostaria de trocar e partilhar algumas impressões a respeito de como a UNMISSET avaliava o processo de construção de capacidades dos timorenses na estrutura do Estado. Preparei com muita antecedência esta entrevista e tive o máximo de cuidado em colocar as palavras, procurando não dizer qualquer coisa que pudesse soar como crítica. Mais do que nunca, pisava em ovos. Para minha surpresa, todas as perguntas que eu colocava ao coordenador eram por ele anotadas em seu caderno, bem como as linhas mestras das respostas por ele dadas. Senti-me, como nunca, controlada pelo meu informante, medindo cada palavra que eu colocava a fim de não estremececer as boas relações que, a duras penas, tinha conseguido construir com ele.

recebida de maneira mais aberta, bem como rapidamente incorporada às redes de sociabilidade que os uniam. Muitos deles, inclusive, dirigiam-se a mim para reclamar das discriminações de que consideravam ser vítimas no Sistema das Nações Unidas, revelando-me uma das oposições políticas mais estruturantes no cotidiano de edificação do Estado nacional em Timor: as disputas entre anglófonos e lusófonos.

É verdade também que, alguns deles – sobretudo aqueles mais estritamente vinculados ao corpo diplomático – a partir do momento em que perceberam meu empenho em me comunicar em tétum com os timorenses, deixaram de me ver como uma aliada incondicional. O esforço em me comunicar em tétum foi tomado como índice de que para mim a lusofonia não era uma idéia-valor inquestionável.

Minha condição de brasileira aliciava-me também a outro grupo de expatriados em Timor-Leste: à comunidade latino-americana, que se definia enquanto tal por oposição aos anglo-saxões e aos portugueses. Graças a essa condição, amigos latinos “denunciavam”, em conversas de botequim, o que chamavam de estupidez e estreiteza anglo-saxã, tradição jurídica e burocrática hegemônica no sistema das Nações Unidas.

Por outro lado, não ser portuguesa me atribuía certa liberdade e crédito para a construção de relações cordiais com os anglófonos. Pelo fato do Brasil ser considerado, no senso comum, um país que superou sua “limitada” herança colonial, alguns consideravam que eu teria distanciamento suficiente para observar o que por eles eram vistos como os erros e as pretensões neocoloniais portuguesas, bem como a dita falta de disciplina no trabalho dos funcionários advindos deste país, o que, aos olhos de alguns anglo-saxões, era um péssimo exemplo aos timorenses.

2.3 Redes de simpatias e antipatias

Gostaria de discutir neste tópico de que forma algumas das amizades que conquistei em campo e o desenrolar de determinados eventos condicionaram o desenvolvimento de minha pesquisa. Tomo esses fatos como evidências de como as posições de sujeito dos nossos principais informantes e, ao mesmo tempo, amigos, influenciam o trabalho do antropólogo em campo.

No período em que trabalhei como voluntária no Estado timorense compartilhei meu cotidiano com uma australiana que, ao longo do tempo, tornou-se uma grande amiga. Mary era contratada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tinha como função promover o *institutional building* da UCDC, treinando os funcionários timorenses para monitorar e promover o desenvolvimento de capacidades dos servidores públicos timorenses. Extremamente crítica à intervenção das Nações Unidas em Timor-Leste, Mary tinha um respeito excepcional pelos timorenses que conosco trabalhavam. Diferentemente da maioria dos estrangeiros que atuavam no Estado timorense, Mary falava indonésio, comunicando-se fluentemente com suas contrapartes locais.

Justamente por ser muito crítica aos programas desenvolvidos pelo sistema ONU no interior do Estado timorense, Mary não hesitava em apresentar questionamentos e apontar o que, para ela, eram erros na administração dos projetos, conquistando, por isso, a antipatia de parte dos quadros do Sistema ONU. A partir de julho de 2003, Mary passou a questionar intensivamente a forma como o gerenciamento do chamado programa dos “200 postos” estava se dando, o que levou o responsável por esse programa a cortar relações com ela, embora tivesse a obrigação institucional de se

relacionar com a UCDC.¹³ Passou, a partir de então, a se relacionar diretamente com o diretor da unidade, ignorando a existência de Mary. Dada a minha amizade com Mary, fui eu também encapsulada nessa rede de antipatia de forma a que o fluxo de informações a respeito do projeto supracitado que até mim chegava foi interrompido. Eu passei a receber boicotes diante de demandas pela disponibilização de informações, bem como a ser “mal falada”, tal como Mary, em alguns corredores do sistema ONU em Timor-Leste. Assim, o simples fato de ser amiga de Mary e de com ela trabalhar fez com que minha identidade fosse colada à dela, o que implicou alguma perda para a coleta de dados.

Além de Mary, Vitória foi outra grande amiga em campo. Brasileira como eu, trabalhava em uma ONG timorense cuja função era monitorar a intervenção dos organismos internacionais em Timor. Vitória é uma militante e faz questão de cultivar essa identidade. Sempre pronta a questionar a tudo e a todos, chegava a ser agressiva com alguns dos meus nativos, quando esses expressavam suas perspectivas a respeito, por exemplo, das **“dificuldades de se construir um Estado democrático em Timor a partir de uma população que não saiu do estado da barbárie”**. Houve momentos durante o trabalho de campo em que senti que tinha que me afastar de Vitória. Do contrário, estaria colocando em risco a qualidade com que determinadas informações poderiam chegar até mim, dada a maneira como ela constrangia determinadas pessoas. No entanto, Vitória tinha um papel importante também. Muitas vezes ela colocava aos meus interlocutores questões muito interessantes – algumas delas construídas a partir do nosso diálogo – as quais só a ela, porque falava do papel de militante, era permitido enunciar. Posicionando-se frontalmente diante de alguns *internacionais*, Vitória não hesitava em apontar as contradições da segregação social que a ONU criava em Timor, pedindo aos funcionários desta instituição que manifestassem suas posições a respeito disso, por exemplo.

2.4 Falar tétum e ser brasileira entre os timorenses

Diante do desinteresse da maioria dos estrangeiros residentes em Díli em aprender as línguas mais utilizadas entre os timorenses em seu cotidiano de trabalho – o tétum e a língua indonésia – minha proficiência ou mesmo, nos primeiros meses, demonstração de vontade em aprender o idioma, casou muito boa impressão entre os timorenses. Assim, o domínio da língua veicular do território – para além de ser uma exigência óbvia para o bom desempenho da pesquisa – permitia ainda diferenciar-me dos demais estrangeiros que trabalhavam no país, de maneira a que pude ter maior confiança, consideração e respeito dos timorenses. Eles sabiam também que eu fazia um trabalho voluntário dentro do Estado, e que não recebia qualquer remuneração para tanto. Nessa perspectiva, eu me diferenciava ainda mais dos internacionais contratados pelas agências de cooperação, cujos salários, em sua maioria, eram no mínimo 10 vezes maiores que aqueles pagos aos servidores públicos locais.

Ademais, o fato de eu não ser originária de um país com interesses estratégicos no território, como Austrália e Portugal, ou com um passado de potência colonizadora, também contribuiu para tanto. Os brasileiros são geralmente bem-vistos pelos

¹³ O chamado programa/projeto dos 200 postos consistia na contratação e gerenciamento de conselheiros internacionais que atuavam junto das autoridades timorenses, auxiliando-as na gestão do Estado. Tais *advisors* eram contratados com fundos de cooperação internacional bi ou multilateral. Suas atuações profissionais eram avaliadas pela equipe que administrava este programa.

timorenses. Em um dos mitos de formação nacional em construção no país, o Brasil é apontado como o irmão mais velho de Timor na família dos países da CPLP.

2.5 Conjugalidade em campo

Compartilhei os meus 12 meses de pesquisa de campo com meu companheiro, Daniel, ao meu lado. Ele, como eu, fazia também sua pesquisa de doutorado. Tal circunstância teve inúmeras conseqüências no desenrolar de nossa estada no país.

Em primeiro lugar, encontrávamos, um no outro, uma fonte para o compartilhamento dos nossos medos, aflições e surpresas diante dos fatos que se apresentavam a nós. A segurança afetiva e sexual daí decorrente controlou as crises de *stress* a que estamos sujeitos diante de uma superexposição aos nossos objetos de pesquisa. De meu ponto de vista, a presença de Daniel intimidou também o assédio sexual a que eu poderia estar exposta diante do perfil dos meus nativos, embora, com seu consentimento, em alguns momentos eu tivesse omitido dos meus interlocutores minha condição conjugal.

Eu e Daniel tínhamos objetos bastante diferenciados de pesquisa: enquanto eu observava os processos que davam forma à edificação da administração pública, ele estava preocupado com a invenção do conceito e do problema da violência doméstica no país. Circulávamos portanto por redes à princípio diferentes, mas que, em determinados momentos, se sobrepunham. Tais circunstâncias potencializavam a nossa imersão na rotina de Díli e a nossa penetração em diferentes redes sociais, aumentando o alcance das respectivas pesquisas.

No entanto, eventualmente, o compartilhamento do mesmo campo, do ponto de vista físico, colocava problemas à nossa convivência, pois, ao discutirmos em conjunto certos problemas chegávamos a lançar hipóteses explicativas advindas do nosso diálogo sem poder limitar claramente de quem era esta ou aquela idéia. Tais contextos me causavam angústia e aflição, sobretudo quando eu lembrava das críticas feministas à história da nossa disciplina, na qual as vozes femininas têm sido constantemente silenciadas. Ao longo do tempo, e por meio de muito diálogo, fomos, com bom senso, resolvendo esse problema.

3. A volta para casa: o antropólogo como retornado

Voltei ao Brasil em novembro de 2003, depois de 20 meses longe de casa. Diferentemente do que eu mesma esperava, minha saída de Timor-Leste não foi marcada por nenhum sentimento de alívio. Ao contrário, era um sentimento de perda que me habitava, quando, já no início de outubro, percebi que tinha que começar a me despedir das pessoas, das paisagens e da rotina de vida construída em Díli.

No último mês de pesquisa fui tomada por uma grande ansiedade: não queria deixar de viver um só minuto com os amigos e ao mesmo tempo informantes que havia conquistado. Senti também medo: não sei o que encontraria no Brasil e já não me sentia pertencendo ao universo social deixado aqui.

Desde os primeiros tempos em campo impus-me a disciplina de integrar-me aos grupos por mim estudados, como todos nós aprendemos que deve ser nos cursos de introdução à antropologia. Para tanto, promovi um deslocamento do meu *self*, de minha forma de ver e me relacionar com o mundo. No entanto, tal processo não é algo que se possa fazer racionalmente, de forma controlada e observada. Ao tentar compreender parte da sociabilidade internacional no contexto de uma missão das Nações Unidas

passsei a me comportar – de forma não controlada – como meus nativos. Pensava a partir das categorias disponibilizadas por eles ao ponto de, em alguns momentos, perder o meu distanciamento.

Aliás, perder o distanciamento teve para mim um potencial cognitivo fundamental: mais do que observar, passei a sentir alguns dos fenômenos aos quais parte dos quadros de missões da ONU estão expostos. Atuei como ouvinte de colegas que a mim vinham relatar suas crises existenciais, provocadas, entre outras coisas, pelo deslocamento físico e moral ao qual tinham que se submeter naquele contexto de trabalho.

Fazer com que meus informantes deixassem de ser os livros para ser pessoas exigiu de mim uma mudança grande de comportamento: tive que investir grande parte do meu tempo na alimentação de uma rede de amigos e de uma vida social agitada. Tive que disciplinar o meu corpo e minha subjetividade para um contato mais intenso com o mundo: almoços, jantares, festas, dança etc. Ao me disciplinar nesse sentido, tornei-me também outra pessoa. As necessidades colocadas pelo campo trabalharam sobre minha subjetividade, promovendo grandes transformações na forma como no passado eu via e organizava a minha vida.

Voltei para o Brasil e aqui reencontrei o mundo que deixei para trás e o conjunto de experiências que as pessoas com as quais convivo passaram na minha ausência. Primeiramente fui tomada por um sentimento de rejeição: “eu quero voltar para Timor”, era a frase que mais vezes eu repetia por dia. A experiência de ver minha subjetividade encapsulada pelas manifestações materiais do meu passado também foi interessante, embora às vezes opressora: por mais que eu dissesse à minha família que eu havia mudado e que talvez desejasse transformar a minha vida, sentia que eles não entendiam, afinal as fotos e os objetos deixados por mim aqui eram as evidências maiores do lugar que eu deveria reocupar diante dos amigos e da família.

Naquele momento eu vivia entre três mundos: aquele que deixei em Timor, aquele que deixei no Brasil quando parti e aquele que eu tinha que reconstruir no momento. Daí associar, naquele momento, a experiência da volta ao Brasil com a experiência de um retornado (*homecomer*). A volta implica tomar a consciência da descontinuidade entre o que deixamos uma vez em “nosso” mundo e posteriormente no campo e aquilo que temos que reconstruir quando dele voltamos. Temos que readaptar nossas expectativas com relação àqueles que ficaram, assimilando as mudanças que se passaram na nossa ausência e administrar, ao mesmo tempo, as expectativas daqueles que ficaram com relação a qual deveria ser nossa performance quando do retorno. O embate entre as experiências e expectativas daqueles que partiram e daqueles que ficaram, inclusive orientadores e agências financiadoras, é parte constitutiva do retorno do campo.

Se em campo vivi o desafio de compreender o ponto de vista nativo, aproximando-me das categorias de ordenação social que informavam suas sociabilidades, quando retornei ao Brasil tive que digerir o sentimento de deslocamento existencial que me habitava, afinando minhas expectativas à vida que a mim se apresentava, aos compromissos acadêmicos assumidos e à saudade de Mary, Vitória, entre tantos outros.

No período de formulação de nossos projetos de pesquisa nossos principais interlocutores são os livros. Em campo, tornam-se as pessoas. Quando voltamos ao nosso lugar de origem, é com a tela e o teclado do computador com quem mais nos relacionamos. Talvez tenhamos que melhor nos preparar para essas diferentes experiências de trabalho, todas elas constitutivas da produção etnográfica. Preparemo-

nos para a atuação do *poder do campo* não só sobre nossos conhecimentos antropológicos, mas também sobre nossa própria subjetividade.

Por outro lado, é justamente do fato da experiência de pesquisa em antropologia ser totalizante e, ao mesmo tempo, única – um fenômeno que envolve, no mínimo, nossa existência racional, afetiva e identitária na relação com um contexto etnográfico e histórico particular – que advém seu potencial heurístico: como em um artesanato, cuja elaboração é sempre exclusiva, é a partir dela que os horizontes da disciplina são continuamente expandidos (cf. Peirano, 1995).

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim. O Império Africano (séculos XIX-XX). As linhas gerais. In: _____ (coord.). *O Império Africano, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- EVANS-PRITCHAED, E. E. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: _____. *Bruxaria, oráculo e magia entre os Azande*. (Apêndice IV). Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GOLDE, Peggy. Introduction. In: _____. *Women in the field*. Anthropological experiences. Berkeley: University of California Press, 1986 [1970]
- HANCOCK, Graham. *Lords of poverty*. The power, prestige, and corruption of international aid business. New York: Atlantic Monthly Press, 1989.
- MAGALHÃES, António Barbedo de. *Timor-Leste na encruzilhada da transição indonésia*. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda., 1999.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1974.
- MOORE, Henrietta. The problem of explain violence in social sciences. In: HARVEY, P. & GOW, P. (orgs.) *Sex and violence*. Issues in representation and experience. New York: Routledge, 1994.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SCHUTZ, Alfred. The Homecomer. *The American Journal of Sociology* 50 (5): 369-376, 1945.